

COLEÇÃO  
**APROVADOS**

Aprenda com quem  
tem história para contar



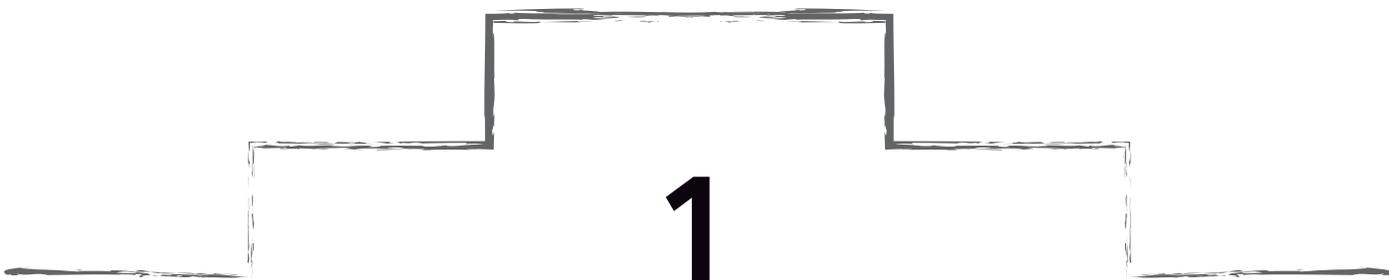
IHURU FONSECA DE ASSUNÇÃO

# ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Guia completo sobre como se preparar para a carreira

2017

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



# 1

## O COMEÇO DOS ESTUDOS

Ingressei na Universidade Federal de Pernambuco em novembro de 2006, após ser aprovado no vestibular realizado no ano de 2005. Optei pela turma de segunda entrada, para descansar um pouco a mente da maratona do vestibular – assim, em decorrência das greves nas universidades federais que ocorriam naquela época, só comecei a ter aulas na Faculdade de Direito do Recife já bem próximo ao fim do ano – período que normalmente corresponderia ao fim de um semestre acadêmico.

Durante boa parte dos cinco anos de curso, embora acompanhasse “de longe” o universo dos concursos jurídicos, por meio de alguns conhecidos que começavam a passar em um ou outro certame (principalmente para as carreiras de Analista de Tribunais e Ministério Público), não tive o interesse nem o tempo necessários para me preparar para concursos “para valer” – ainda estava na época de “experimentar” os diversos ramos do direito e descobrir com quais áreas de atuação e carreiras eu me identificava mais.

Assim, iniciei minha preparação para o concurso da AGU (e para concursos em geral) já bem próximo ao fim do curso de

Direito, em janeiro de 2011 – o que correspondeu ao início do último período/semestre de faculdade.

No entanto, meu contato com o universo do serviço público já havia se iniciado bem antes disso.

Ainda durante a faculdade, prestei concursos para vagas de estágio em alguns órgãos públicos: Advocacia-Geral da União (AGU), Procuradoria Regional da República da 5ª Região (PRR-5ª REGIÃO/MPF), Justiça Federal (JFPE), Procuradoria da República em Pernambuco (PRPE/MPF) e Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE) – fiz todas essas provas ao longo do 4º e 5º semestre do curso de Direito, principalmente.

O estágio em órgãos públicos era “a” opção para mim, tendo em vista que as chances de conseguir um bom estágio em escritório de advocacia privada sem possuir carro próprio (meu caso) eram praticamente nulas. Ademais, os estágios em escritório geralmente demandavam muita dedicação em termos de tempo do estudante – o que invariavelmente se reflete em menos tempo livre de estudo, algo que não era do meu interesse naquele momento da vida.

Eu sempre estive bem longe de ser um aluno brilhante, como bem demonstram os resultados obtidos nessas seleções para estágio: fui reprovado nos exames da AGU e da PRR-5, e acabei sendo aprovado nas seleções da PRPE (em 26º lugar), da Justiça Federal (em 3º lugar, meu melhor resultado), e da PGE-PE (não lembro ao certo a colocação, mas fui aprovado bem atrás, só vindo a ser chamado muitos meses depois da realização do exame, quando o estágio já não me interessava mais).

Aguardei alguns meses até ser chamado pela Justiça Federal – curiosamente, após muito ansiar por finalmente começar o período de estágio, acabei sendo convocado por duas das seleções em que eu havia sido aprovado praticamente na mesma semana, o que fez com que eu tivesse que optar por apenas uma

delas: à época, por questões de localização e maior afinidade com a carreira, acabei optando pela Procuradoria da República e desistindo de participar da JFPE.

Assim, estagiei durante 2 (dois) anos no Ministério Público Federal – ou seja, passei os 2 anos de estágio obrigatório do curso de Direito no mesmo órgão (e no mesmo gabinete). Ainda cheguei a ser convocado posteriormente para o estágio na PGE-PE, mas optei por não sair de onde estava.

Por ironia do destino, o gabinete em que passei os 2 (dois) anos de estágio no MPF era formado por uma equipe de pessoas que eram exemplos vivos de sucesso significativo em concursos, **o que já fez com que, desde aquele momento, eu passasse a visualizar a aprovação em concursos como algo plausível e próximo da minha realidade. Com efeito, a equipe do gabinete era formada não apenas por pessoas que tinham sido simplesmente “aprovadas em concursos”, mas sim aprovadas nas primeiras colocações de concursos reconhecidamente difíceis. Eram “pontos fora da curva”, no bom sentido da expressão.**

Para ilustrar melhor o que estou afirmando, posso dizer que o meu chefe, Procurador da República, havia obtido a 1<sup>a</sup> colocação no concurso para ingresso na referida carreira (tradicionalmente apontado por alguns especialistas como **o concurso mais difícil do Brasil**) – além disso, ele havia sido aprovado no mesmo período para a Magistratura Federal e exercido, antes do ingresso no MPF, o cargo de Procurador Federal (também aprovado mediante concurso).

A assessora do nosso gabinete, por sua vez, havia obtido a 1<sup>a</sup> colocação no concurso para servidores do MPU (cargo de Analista Processual).

No que toca à equipe de estagiários (naquela época eram dois para cada gabinete de Procurador), além de mim, tínhamos

a estagiária que havia obtido a 1ª colocação no concurso de estágio anterior ao meu – ela já estava começando a dar seus primeiros passos nos concursos “de verdade”, inclusive sendo aprovada em algumas provas objetivas de concursos das carreiras mais tradicionais ainda durante a faculdade de Direito.

Conviver com pessoas que conseguiam resultados extraordinários em concursos foi o primeiro (e importante) passo para que eu ingressasse nesse universo e começasse a mapear o que seria necessário para conseguir meus objetivos, quando fosse enfim a minha vez.

À época, além de conciliar os estudos para faculdade e o tempo de estágio, eu ainda não tinha as condições de tempo para me preparar para concursos em nível realmente competitivo – mas aquele período como “observador” foi vital para que eu começasse a tomar nota do que seria necessário para isso.

Assim que completei os 2 anos e tive meu contrato de estágio encerrado (início de janeiro de 2011), passei a realmente focar na preparação para concursos, já tendo como objetivo maior o certame da AGU – no entanto, mesmo que a minha escolha pela carreira tenha sido feita muitos meses antes de o edital ter sido publicado, meu processo de preparação para as provas da AGU acabou se desenvolvendo em várias fases, com algumas idas e vindas, como procurarei explicar nesse capítulo.

Ainda durante a faculdade (últimos semestres, já depois de ter iniciado o estágio) e pouco tempo após a colação de grau, fiz alguns concursos de verdade (ou seja, concursos para cargos e empregos públicos, e não para estágio) “por experiência”. Neles, não obtive resultados expressivos: fui aprovado no Concurso para Advogado dos Correios e no concurso para Procurador Municipal de Olinda (ambos em colocações muito distantes do número de vagas ofertados, insuficientes para dar qualquer esperança de nomeação), e reprovado nos concursos para Analista do MPU e Advogado da Petrobrás.

Posso dizer que, apesar desses resultados inexpressivos, essas experiências foram importantes para medir o grau de tempo e esforço que eu precisaria dedicar para conseguir meus objetivos, quando fosse a hora de fazer concursos “à vera”.

**Por outro lado, é importante destacar que, também durante o período de faculdade, sempre fui aquele aluno do “segundo escalão”: estudava por livros que os professores não indicavam, deixava para ler a “xérox” dos cadernos com as transcrições das aulas faltando poucos dias para a realização das provas e não tirava notas estratosféricas – inclusive, cheguei a fazer provas de recuperação por diversas vezes ao longo do curso. Ou seja, eu realmente não seguia a “cultura do caderno” e acabava pagando o preço por isso em termos de notas e desempenho acadêmico.**

Assim, posso dizer que eu era, no máximo, um “aluno esforçado”, muito longe de ser avaliado como brilhante por qualquer professor (ao contrário de vários outros colegas meus). Estudioso, sim, mas não fora de série – muito longe disso, aliás.

O fato de ter estudado na Faculdade de Direito do Recife, uma das mais conceituadas do Brasil, me deu a oportunidade de conviver com pessoas brilhantes e mudou bastante meu conceito de excelência intelectual – ali, por mais esforçado que eu pudesse ser, sempre tinha a sensação de ser, no máximo, “só mais um” em meio ao exército de talentos em potencial que frequentavam a instituição.

No entanto, uma vez concluídas minhas obrigações acadêmicas (quitação das cadeiras do último semestre e reta final da elaboração da monografia) e o período de estágio obrigatório, estava claro que, independentemente de não ser um “top”, já era a hora de fazer concursos “para valer” – até porque não havia outra opção disponível para mim, que não havia estagiado em escritórios de advocacia durante o período na UFPE.

Assim, o início do ano de 2011 foi o momento em que eu realmente decidi “sentar e estudar”, e reuni as condições materiais para isso: bastante tempo livre, algum dinheiro para investir em materiais e cursos, e muita disposição.

### **1.1. ATITUDE PARA ENCARAR CONCURSOS JURÍDICOS**

Independentemente de não ser um “peso pesado” da época de faculdade, **a minha mentalidade desde o início da preparação era pautada em buscar uma preparação de excelência para os concursos que eu pretendia fazer “a sério”** (o que não excluía a possibilidade de fazer alguns outros pelo caminho, sem cobrança de resultados expressivos) – estava ciente de que, para obter resultados acima da média, seria necessário fazer um esforço também acima da média.

Procuro manter a mesma mentalidade até hoje, para qualquer coisa que vá fazer na vida “a sério” – seja no meio dos concursos, seja fora dele.

É muito comum que, durante o período de preparação, você tenha dúvidas acerca do seu próprio potencial e se questione até onde pode chegar em termos de resultados – esse tipo de sentimento é amplificado quando você faz concursos “por experiência” e obtém resultados inexpressivos ou aquém do esperado. Quando isso acontece, é importante ter uma dose cavalares de serenidade e, acima de tudo, **se policiar para deixar o ego um pouco de lado durante todo o processo de preparação.**

Algumas pessoas têm uma autoconceito muito pobre de si mesmas e acabam deixando que isso se reflita nas suas expectativas em torno de quão longe podem ir em termos de rendimento: durante o meu período de preparação para a AGU, por exemplo, tendo em vista todo o meu histórico de aluno mediano durante a faculdade, por muitas vezes achei que não seria

possível ser aprovado numa colocação expressiva num concurso de maior porte (seja a AGU, seja outro) – achava que estar entre os aprovados, seja qual fosse a colocação, já seria uma grande conquista, condizente com o meu potencial.

No entanto, como eu gosto sempre de lembrar e aprendi ao longo da minha jornada, sempre que falamos em concursos para carreiras jurídicas é preciso ter em mente que o Direito é um campo de conhecimento vastíssimo – considere a variedade de conceitos, institutos e temas importantes, bem como as três variantes básicas de fonte de conhecimento jurídico usualmente cobradas em provas dos concursos jurídicos mais tradicionais (doutrina, legislação e jurisprudência), por exemplo.

Em virtude de toda essa amplitude de conteúdo passível de cobrança, que se reflete em cenários de prova que beiram o infinito, é muito comum que mesmo candidatos bem preparados apresentem oscilações de rendimento – é aí que entra o “imponderável”, o tal do “estar no seu dia” ou “não” – ou seja, o chamado “fator aleatório”, sobre o qual você invariavelmente não tem controle algum.

Destarte, análises pautadas apenas na classificação final em um determinado concurso ou no rendimento isolado em uma determinada prova muitas vezes são feitas com base em premissas equivocadas – a linha que separa os dez primeiros daqueles que estão entre a 40<sup>a</sup> e a 50<sup>a</sup> colocação, por exemplo, pode ser muito tênue, a depender do certame de que estivermos falando.

Por outro lado, é impossível (por mais que seja muito incômodo admitir isso) adivinhar o que vai cair no dia da prova – principalmente das provas aplicadas nas fases mais agudas (geralmente as subjetivas, nas suas mais diversas modalidades). Cursinhos e outros serviços ligados à preparação para concursos obviamente fazem um grande estardalhaço quando conseguem “acertar o que caiu”, mas a verdade é que existe, sim, uma dose

considerável de imprevisibilidade presente em toda e qualquer prova jurídica a que você vier a se submeter.

Destarte, a boa preparação para carreiras jurídicas em geral (e isso vale para o concurso da AGU, por certo) deve ser focada em trabalhar os fatores que estão sob o seu controle – basicamente, o domínio do conteúdo passível de ser cobrado (tarefa praticamente infinita), combinado com a busca pela otimização da forma de assimilar esse conteúdo – seja doutrina, legislação ou jurisprudência.

Por outro lado, deixar o ego de fora durante todo o processo de preparação é extremamente importante por um motivo muito simples: quanto mais você estiver disposto a se expor (nesse caso, “se expor” significa se submeter a muitas provas, inclusive para carreiras diferentes daquela que você almeja), maior será a probabilidade de se ver diante de resultados que não são dignos de nota ou orgulho – isso faz parte do processo de preparação tanto quanto a aprovação para o cargo almejado, que é o seu objetivo final.

Assim, para ter bom desempenho em concursos de carreiras jurídicas, a primeira coisa que você precisa internalizar no fundo da alma é que você vai ter que aprender a conviver com o “não” (salvo raríssimas exceções), ainda mais se aceitar se submeter a provas de carreiras diferentes daquela que você está focando.

Enfatizo esse ponto por saber que algumas pessoas não estão inteiramente cientes do que significa o termo “se expor” em termos de concursos para carreiras jurídicas. A mentalidade de que você pode simplesmente estudar por alguns meses, a partir do dia em que o edital for publicado, fazer “a prova da vida” e ver as coisas acontecerem naturalmente vai te prejudicar bastante. Costumo brincar que essa postura é a do “*concurseiro romântico*” ou “*concurseiro de um concurso só*”.

Ao invés de adotar essa premissa romântica e idealista, eu gosto de sempre trazer à tona a imagem do atleta olímpico e de seu ciclo de treinamento para uma olimpíada, lembrando que aquele indivíduo que se propõe a fazer uma atividade que exija uma carga considerável de dedicação (como é o caso dos esportes olímpicos) deve estar ciente da importância de cultivar uma mentalidade de preparação focada em um trabalho de médio ou longo prazo.

Com efeito, um atleta olímpico inicia o seu ciclo de preparação assim que termina uma Olimpíada, que comumente marca o fim de um ciclo de 4 (quatro) anos de foco em uma competição específica – a partir dali, o competidor sabe que terá um lapso de mais 4 (quatro) anos para aperfeiçoar seus pontos fortes, trabalhar nos seus pontos fracos e se manter em forma física competitiva, de forma a atingir o auge do seu potencial justamente durante o período da competição mais importante para as suas pretensões: as Olimpíadas.

Nos primeiros meses pós-olimpíada (quando ele está no início de um novo ciclo), é natural que o atleta “dê uma relaxada” e fique mais largado – fato plenamente compreensível se considerarmos todo o desgaste natural que participar de uma competição de alto nível (a olimpíada anterior) traz a reboque.

No entanto, à medida que o tempo passa e as competições menores vão se aproximando, esse atleta vai “entrando nos eixos”. Na reta final da preparação, por óbvio, os esforços tendem a ser maiores, mas é importante que ele se cuide para não “virar o fio” e passar do ponto da preparação antes do ápice do seu ciclo, entrando em *overtraining*.

No meio dos concursos, essa mentalidade se traduziria numa preparação que se inicia muitos meses antes da publicação do edital, já focada no perfil da carreira almejada e nas características usualmente adotadas pela banca examinadora responsável pela elaboração das provas.

Além disso, abrangeria a realização de quaisquer provas (de preferência presencialmente, ou seja, “para valer”) que possam apresentar temas passíveis de cobrança no certame almejado.

**Apliquemos essa mentalidade para o objetivo desse livro, que é tratar da preparação para o cargo de Advogado da União.** Quais são as **premissas básicas** que devem guiar uma preparação de médio ou longo prazo para o cargo de Advogado da União?

Algumas são muito claras, mas é sempre importante repisá-las:

- 1) A primeira coisa a se ter em mente é que a AGU é uma carreira de advocacia pública. Logo, existe uma tendência de proximidade de enfoque com os concursos para as demais carreiras de advocacia pública (PGE’s e PGM’s, principalmente). O acompanhamento das questões mais debatidas em provas de advocacia pública para outros cargos, durante todo o processo de preparação para a carreira da AGU é, portanto, fundamental.
- 2) A AGU é uma carreira jurídica federal. Assim, é possível que o estudo feito para muitas das matérias cobradas em certames para outras carreiras federais (Magistratura Federal e Procurador da República, por exemplo) venha a ser aproveitado também no concurso da AGU. A realização de questões aplicadas em provas dessas carreiras, no que se refere a matérias comuns entre os certames (ainda que você possa achar que elas trazem provas “mais difíceis”) tem, também, a sua importância.
- 3) Tradicionalmente, a banca examinadora responsável pelo concurso para Advogado da União é o CEBRASPE (antigo CESPE) – portanto, é essencial treinar, de forma exaustiva e com bastante antecedência, os formatos de